



## Comunicado de Imprensa

Luxemburgo, 8 de dezembro de 2022

### Orçamento da UE e pagamentos baseados no RNB: Tribunal de Contas Europeu apela a controlos mais orientados

A verificação dos dados do rendimento nacional bruto (RNB) não é suficientemente orientada, alerta o Tribunal de Contas Europeu (TCE) num novo relatório. Estes dados são uma base importante do cálculo das contribuições dos Estados-Membros para o orçamento da UE. O Eurostat (serviço de estatística da UE) foi eficaz na deteção e resolução de questões de alto risco relacionadas com a compilação de dados do RNB. Contudo, nem sempre deu prioridade à verificação destas questões e dos países de mais alto risco e nem sempre realizou estas verificações com a antecedência suficiente. Por exemplo, não reagiu de imediato à deslocalização das multinacionais por motivos fiscais.

As contribuições baseadas no RNB dos países da UE são a maior fonte de receitas do orçamento da União. Em 2021, totalizaram 116 mil milhões de euros, cerca de dois terços do orçamento. O Eurostat verifica a qualidade dos dados do RNB dos países da UE em ciclos plurianuais e pode solicitar-lhes que ajustem as suas estimativas iniciais (a base para a Comissão calcular as suas contribuições) em alta ou em baixa. O TCE examinou se o Eurostat geriu bem as suas verificações durante o último ciclo (2016-2019).

*"É importante assegurar que as contribuições baseadas no RNB dos países da União para o orçamento da UE são justas e previsíveis", afirmou Marek Opiola, Membro do TCE responsável pela auditoria. "Para que as verificações sejam eficazes e eficientes, as questões transversais e os países com o fator de risco mais alto devem ser a prioridade das verificações do Eurostat", acrescentou.*

A previsibilidade das contribuições baseadas no RNB depende da conclusão oportuna do ciclo de verificação (que dura geralmente quatro ou cinco anos) e da rapidez com que o Eurostat informa os países dos seus resultados. Segundo o TCE, o Eurostat concluiu os controlos como planeado e forneceu aos países informações atempadas sobre os ajustamentos. No entanto, muitas questões permaneceram em aberto sob a forma de "reservas" (mais 20% do que no ciclo anterior), pelo que pode ser solicitado aos países em causa que paguem mais no futuro.

Recentemente, o Eurostat recorreu a avaliações de risco e limiares para detetar e atenuar os riscos (podendo assim determinar as questões mais importantes a que dar seguimento). Porém, não utilizou plenamente os resultados obtidos para dar prioridade às verificações das questões

*O objetivo do presente comunicado de imprensa é apresentar as principais mensagens do Relatório Especial adotado pelo Tribunal de Contas Europeu. O texto integral do relatório está disponível em [www.eca.europa.eu](http://www.eca.europa.eu).*

## ECA Press

12, rue Alcide De Gasperi – L-1615 Luxembourg

E: [press@eca.europa.eu](mailto:press@eca.europa.eu) @EUAuditors [eca.europa.eu](http://eca.europa.eu)

transversais e dos países de alto risco. Atribuiu a todos os países da UE uma categoria de risco alto, médio ou baixo, mas só três dos sete países de alto risco foram controlados no início do ciclo, e antes dos de baixo risco. Na verdade, cerca de um quarto das reservas específicas formuladas no final do ciclo diziam respeito aos quatro países de alto risco aos quais não foi dada a devida prioridade. Outro aspeto apontado pelo TCE é que o Eurostat verifica demasiadas questões que têm poucas consequências para o RNB. Também não define a prioridade das questões que assinala, o que aumenta o risco de os países resolverem primeiro questões com menos impacto. De acordo com o TCE, o Eurostat deve orientar o seu trabalho mais para as questões de alto risco com maior impacto potencial no RNB, já que assim poderá reduzir o número de reservas e tornar as contribuições orçamentais dos países da UE mais previsíveis.

O Eurostat não reagiu de imediato à questão de alto risco de as multinacionais deslocalizarem as suas operações ou ativos para beneficiarem de regimes fiscais vantajosos, apesar de os problemas contabilísticos em causa já serem conhecidos anos antes do início do ciclo de verificação. Além disso, o Eurostat decidiu emitir uma reserva para esta questão, mas apenas para o período posterior a 2018, deixando o impacto dos anos anteriores na incerteza. Os pagamentos do RNB de alguns países podem estar incorretos, uma vez que as suas contas anteriores a 2018 podem não ter sido bem calculadas. Já outros, como a Irlanda, comunicaram dados fiáveis.

### **Informações de contexto**

Cada país da UE paga ao orçamento da União uma contribuição calculada em percentagem do seu RNB. Esta "taxa de mobilização" é a mesma para todos os países, mas pode variar de um ano para outro (em 2021, por exemplo, foi de 0,84%). Em termos absolutos, em 2021, a Alemanha fez a maior contribuição baseada no RNB (29,6 mil milhões de euros), seguida de França (20,3 mil milhões de euros) e da Itália (14,5 mil milhões de euros). No passado, os países da UE tiveram dificuldades em pagar grandes montantes adicionais a curto prazo. Em 2014, as revisões dos dados do RNB conduziram a ajustamentos sem precedentes no valor de quase 10 mil milhões de euros, sendo o impacto maior em alguns países do que noutros. O Reino Unido, por exemplo, teve de pagar um montante adicional de 2,1 mil milhões de euros, ou seja, 21% para além da sua contribuição inicialmente orçamentada. Em julho de 2016, a Irlanda comunicou um aumento de 24% (39 mil milhões de euros) nos dados do RNB para 2015, em comparação com 2014, devido à deslocalização dos ativos de algumas grandes multinacionais. Três Estados-Membros informaram o Eurostat que, desde 2010, tinham observado casos específicos de empresas que tinham deslocalizado ativos substanciais (mais de 100 milhões de euros) para dentro ou para fora do seu território.

O Relatório Especial 25/2022, *Verificação do Rendimento Nacional Bruto para financiamento do orçamento da UE – Riscos na compilação de dados bem cobertos em geral, mas é possível definir melhor a prioridade das ações*, está disponível no [sítio Web do TCE](#). O anterior relatório do TCE sobre este tema, de 2013, concluiu que o ciclo de verificação de 2007-2012 tinha sido apenas parcialmente eficaz.

**Contactos para a imprensa**

Serviço de imprensa do TCE: [press@eca.europa.eu](mailto:press@eca.europa.eu)

- Damijan Fišer: [damijan.fiser@eca.europa.eu](mailto:damijan.fiser@eca.europa.eu) – Telemóvel: (+352) 621 552 224
- Claudia Spiti: [claudia.spiti@eca.europa.eu](mailto:claudia.spiti@eca.europa.eu) – Telemóvel: (+352) 691 553 547
- Vincent Bourgeois: [vincent.bourgeois@eca.europa.eu](mailto:vincent.bourgeois@eca.europa.eu) – Telemóvel: (+352) 691 551 502